



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 117/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Educação

UNIDADE: Diretoria de Ensino Centro Sul

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de prestação de contas de verbas recebidas, utilizadas e devolvidas do ano 2019 e 2020 de determinada escola. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

DECISÃO OGE/LAI nº 117/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Diretoria de Ensino Centro Sul, conforme consta do Protocolado SIC em epígrafe, para acesso a prestação de contas de verbas recebidas, utilizadas e devolvidas do ano 2019 e 2020 de determinada escola.
2. Em resposta e em recurso, o órgão informou que a prestação de contas de 2019 encontrava-se na escola e que a prestação de conta relativa a 2020 ainda estava em elaboração. Inconformado, o requerente interpôs o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Na análise do caso, verifica-se que o ente atendeu corretamente a demanda inicial, pois informou onde se encontravam as informações, esclarecendo que o outro documento solicitado ainda não havia sido produzido, em conformidade com o previsto no artigo 11 da Lei federal nº 12.527, 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
4. Cabe salientar que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, no sentido de que *"a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato"*. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agencia Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S.).
5. À vista do exposto, tendo o órgão atendido adequadamente ao pedido de informações, **conheço do recurso e nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º, c/c artigo 22 da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado



no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 15 de março de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel

Ouvidor Geral do Estado

Ouvidoria Geral do Estado